

Curricularização da extensão nos cursos de Ciências Econômicas: um debate necessário

Eixo temático: Incorporação curricular da extensão

José Caetano de Jesus Filho¹
Pedro Henrique Dórea Vidotti²

Resumo

Avançar na elaboração de um projeto de popularização da universidade é o objetivo central do presente trabalho. Por observar que a instituição universitária, ao longo da história, tem servido quase exclusivamente aos interesses da classe dominante, independente de sua época, é que buscamos caminhos que possam inverter o curso da história. Dessa forma, se justifica a *necessidade do debate sobre curricularização da extensão*, feito nesse trabalho com um olhar sobre os cursos de Ciências Econômicas. É com o intuito de aproximar a elaboração teórica, no campo da Ciência Econômica, da realidade e auxiliar no avanço das transformações sociais frente a luta de classes, que expomos o presente texto, defendendo como uma das formas de construção dessa popularização a extensão numa perspectiva dialógica.

Introdução

Não é por acaso a escolha da temática que versa sobre curricularização da extensão para a elaboração do presente texto. O afastamento, cada vez maior, entre o conhecimento produzido na academia e os problemas da maior parte da sociedade, fruto, em grande medida, do avanço das políticas neoliberais para educação; a crise teórica enfrentada pela Ciência Econômica, decorrente da crise do próprio capitalismo, e a necessidade de construção de propostas alternativas para essa realidade já se constituem motivos suficientes para a justificativa do tema. No entanto, é necessário frisar que essa proposta vem no afã da elaboração de um projeto diferenciado de Universidade, um projeto de popularização desta. Então, cabe nos perguntarmos, que projeto é esse? No que consiste esse processo de popularização da universidade? E o que isso tem a ver com a curricularização da extensão? Essas perguntas serviram de estímulo para a construção desse trabalho e permearão o debate contido nele.

¹ Estudante de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Feira de Santana e membro do PET Economia. caetano.ousar@gmail.com

² Estudante de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Feira de Santana e membro do PET economia. pedrodoreav@gmail.com

Com o intuito de definir melhor a perspectiva de universidade defendida por nós, no primeiro tópico do trabalho, denominado *A Universidade e seu lugar na história*, fazemos uma breve explanação do surgimento da Universidade na Europa e suas características, bem como sua chegada à América Latina, salientando as especificidades da universidade brasileira. Nesse mesmo tópico contrastamos as características da universidade no Brasil com a proposta de popularização, no sentido de justificar a concepção de extensão expressa no texto. Apresentamos ainda o projeto educacional posto em prática pelo Estado brasileiro nos últimos anos, vinculado à doutrina neoliberal, além da contextualização dos cursos de Ciências Econômicas frente ao avanço de tais políticas.

O segundo tópico tenta apresentar a concepção de extensão aqui defendida, os argumentos que sustentam a proposta de curricularização e alguns possíveis campos de atuação para o Cientista Econômico no exercício da extensão. Expomos, desde já, a proposta apresentada às críticas, pois percebemos que a ideia ainda se encontra num estágio de grande imaturidade, mas entendemos ser importante, pois o avanço dela só ocorrerá se submetida a debates críticos no sentido da construção dialética.

A Universidade e seu lugar na história

Compreender o conceito de universidade exige, minimamente, a observação dos movimentos gerais de transformação da organização social ao longo da história. Por estar inserida e ser fruto dessa própria organização é impossível compreendê-la dissociada disso, ou seja, do seu tempo, espaço e papel na totalidade. Acreditamos ser impossível, de fato, conceituar toda a complexidade das relações sociais, mas a construção de um esquema teórico que permita a criação de fios condutores interligando vários elementos dessa totalidade nos aproxima do movimento real. É esse o exercício que tentaremos fazer no decorrer da história de construção da Universidade.

Por ter surgido num momento histórico em que as relações de trabalho estavam baseadas na servidão; que a nobreza tinha o controle sobre a terra e a produção; e o alto Clero justificava ideologicamente essa organização social, sustentados na referência religiosa da Igreja Católica, a universidade terá, basicamente, o papel de reafirmar a estratificação de classes a partir da elaboração de argumentos para o pensamento dominante. A ampliação do número de comerciantes e a formação de núcleos comerciais externos às terras senhoriais (conhecidos como burgos) e, conseqüentemente, o embrião de uma nova forma organizacional surgiram também nesse período, compreendido entre os séculos XI e XV. A referida expansão comercial observada na Europa culminou na invasão colonialista das Américas, gerando a dominação dessas terras e dos sujeitos que nelas

habitavam um dos fatos que possibilitou o desenvolvimento das relações capitalistas nas metrópoles, condicionando a produção das Colônias ao seu interesse.

Na universidade essas transformações provocaram fortes reações, no sentido de manutenção das “verdades” construídas até então. Isso se expressa muito bem nesse fragmento:

Podemos dizer mesmo que a universidade existente não acompanha o espírito difundido pela Renascença e pela Reforma. Há sobre os seus quadros certa imposição de uma atitude defensiva, de guarda das verdades já constituídas, definidas e definitivas, estáticas e restritivas, no sentido de não acrescentar aos valores do passado as numerosas descobertas que se faziam (Luckesi, *et. al.*, p.32, 1998).

As contestações aos princípios religiosos que regiam tal sociedade eram punidas severamente pela Igreja Católica, pois elas representavam os interesses da nova classe emergente, a burguesia, que mesmo não sendo a mesma dos dias atuais ameaçava a forma de dominação da nobreza. Justificar o Lucro, até então entendido como usura pela Igreja, era um dos principais avanços rumo à sociedade conhecida como moderna. Além disso, o desenvolvimento da produção científica dependia da ruptura com dogmas religiosos e, por não ter espaço na universidade, esses avanços aconteceram externos a ela, até uma transformação mais profunda da sociedade que permitiu à burguesia o controle e criação de centros de produção científica para atender seus interesses.

Do outro lado do Atlântico o massacre físico e cultural continuava e a universidade, mais uma vez, teve o papel de construir e difundir esquema do pensamento dominante. Nas colônias espanholas a chegada das universidades não tardou, criada em 1551, no Peru; 1553 no México e posteriormente em outras colônias (Luckesi, 1998). Já no Brasil, colônia de Portugal, esse processo foi diferenciado, tendo como primeira experiência de ensino superior a Faculdade de Medicina da Bahia, oriunda do antigo curso de anatomia, cirurgia e medicina, datado de 1808, um ano após a chegada da Família Real ao Brasil (Luckesi, 1998). Até então, os estudos de nível superior eram feitos em terras metropolitanas, como afirma Álvaro Vieira Pinto:

Ademais, era convicção dos colonizadores portugueses que, obrigando os raros representantes da juventude oriunda das famílias ricas da terra a irem estudar nos centros universitário da metrópole, reforçavam o seu espírito de lusitanidade e os preparavam para, de volta, se comportarem como bons súditos da coroa de Portugal. (Pinto, p.17, 1986)

Isso mostra como a criação de centros de ensino superior esteve ligado aos interesses da classe dominante e à própria efetivação da dominação, nesse caso os invasores portugueses.

Mesmo com a criação da Faculdade de Medicina, a universidade no Brasil só veio a existir nos anos 30 do século XX. Reconhecida legalmente enquanto instituição de ensino

superior que reunia três ou mais faculdades, a universidade brasileira emergiu no turbulento processo de reorganização da economia do país a partir da grande crise do capitalismo dos anos de 1930. A estrutura agrária exportadora, que entrara em crise, abre margem a um processo de repactuação entre as frações detentoras dos diferentes capitais. Percebemos, então, uma guinada nas políticas de estado no sentido de garantir os rumos de desenvolvimento da sociedade urbano industrial, e é com esse compromisso de classe que nossa universidade nascerá, primeiramente em Minas Gerais (1934) e São Paulo (1935).

Esse breve passeio pela história da universidade deve servir para compreendermos melhor seu papel na organização social. Desde sua origem é possível observar uma estreita vinculação com os interesses das classes sociais dominantes em cada época específica, e até os dias atuais ela carrega tais características. Dedicada a produzir conhecimento, prioritariamente, para os detentores do capital a universidade brasileira nos últimos anos tem passado por uma ampla reforma, que a ajusta ao modelo neoliberal de reprodução do capital. As políticas de precarização das universidades públicas, com o intuito de justificar os incentivos financeiros oferecidos às instituições privadas de ensino superior, como são os casos do Prouni³ e Fies⁴; a criação de novos cursos que servem apenas para atender a demanda de um novo mercado que surge e necessita de “mão-de-obra qualificada”; a abertura dos centros de pesquisa para as grandes indústrias a partir da concessão de patentes, isso se expressa na Lei de Incentivo à pesquisa⁵, e a avalanche de mudanças nas grades curriculares, que objetivam tornar o ensino de graduação cada vez mais técnico e profissionalizante. Esses são alguns dos pontos que podem exemplificar a vinculação da política educacional Brasileira ao projeto neoliberal.

O referido projeto, baseado na “doutrina neoliberal”, surgiu como alternativa à crise do modelo de desenvolvimento capitalista adotado após o ano de 1930. A presença do Estado na oferta de elementos como educação, saúde e previdência, além de outros serviços, começou a ser questionada a partir dos anos de 1970 e essa crítica se baseava nos argumentos construídos por Hayek, em seu livro *O Caminho da Servidão*, publicado em 1944. A retomada do pensamento liberal, revestido das características “modernas” (ou pós-

³ O Programa Universidade para todos apresenta como objetivo o ingresso de estudantes de baixa renda no ensino superior a partir da concessão de bolsas de estudo. Essas bolsas são ofertadas por instituições privadas de ensino, que recebem isenções de impostos em contrapartida ao oferecimento das bolsas.

⁴ Destinado a financiar o ensino superior este programa segue uma lógica parecida á do Prouni, construindo as condições para a ampliação do sistema privado de educação no país. Além disso, ele expressa um outro aspecto importante das relações capitalistas no estágio neoliberal, o processo de expansão financeira exacerbada.

⁵ A Lei de incentivo à pesquisa cria critérios de propriedade intelectual, as empresas que investem em pesquisa ganham isenções fiscais e o direito sobre a produção intelectual é inversamente proporcional ao incentivo recebido por tal empresa. Exemplo nítido da submissão da produção acadêmica aos interesses do capital.

modernas), se espalhou por grande parte do mundo, incluindo o Brasil. A dificuldade de arrumação dos interesses das frações da classe dominante no Brasil retardou a implementação das políticas neoliberais, iniciadas, de forma efetiva, em 1990 por Fernando Collor de Melo, expresso no Plano Nacional de Privatizações e consolidada no ano de 1994, com Fernando Henrique Cardoso e o Plano Real.

No entanto, as bases de sustentação teórica desse modelo já estavam sendo construídas no Brasil desde os anos 70 do século XX, período de vigência da ditadura militar. Nesse momento, o pensamento neoliberal já se espalhava pelo mundo e o Governo Militar brasileiro designou um conjunto de estudantes de graduação e pós-graduação à estudar nos grandes centros ligados ao pensamento neoclássico no mundo, e de volta, já nos anos 80, esses economistas assumiram cadeiras nos principais centros de economia do país, com o intuito de difundir o pensamento neoclássico, que carrega os princípios do neoliberalismo (Prado, 2001). Atravessando a década de 90 e chegando aos anos 2000, percebemos que os cursos de Ciências Econômicas ainda apresentam muito dos elementos difundidos nesse período. Podemos apontar a presença excessiva dos elementos matemáticos, estatísticos, microeconômicos e o escasso debate sobre história e teoria econômica como graves sintomas dessa difusão do pensamento dominante.

Além dos problemas apresentados é possível observar, na universidade e, de forma mais acentuada, nos cursos de economia, um enorme afastamento do debate sobre as grandes questões da sociedade. Podemos usar como exemplo a crise econômica que assola o mundo capitalista desde 2008, que foi jogada para baixo do tapete e agora ressurgiu, colocando em evidência a necessidade de se resgatar as grandes teorias de interpretação do capitalismo. Frente a isso, a iniciativa é de uma reformulação curricular que tenta enfiar goela a baixo todos aqueles princípios de equilíbrio, racionalidade e matematização defendidos pelo neoclassicismo. Isso evidencia o que falamos sobre o distanciamento entre a produção acadêmica e os problemas que emergem na sociedade em crise.

É da insatisfação com esse modelo de universidade, mantenedor da ordem dominante estabelecida; do contato com experiências ao longo da história; e das necessidades conjunturais que surge uma proposta diferenciada de universidade. Não é uma proposição pronta nem consensual, no entanto, nos dedicaremos apenas a apresentar as diretrizes gerais da nossa concepção, buscando não cair na diferenciação das perspectivas sobre o debate.

A perspectiva de popularização da universidade, aqui debatida, busca referências em experiências ao longo da história, como a vivenciada em Córdoba, na Argentina, no ano de 1918, em que os estudantes, num processo intenso de mobilizações,

reivindicavam a ruptura com modelo universitário oligárquico vigente até então e, movidos pela iniciativa inglesa de universidades populares/operárias, inauguram na América latina essa experiência em forma de extensão (Rocha, 2001). No entanto, a perspectiva de popularização formulada hoje se encontra revestida de outras características, fruto de outro momento histórico.

Partindo da abordagem apresentada desde o início, compreendemos a universidade enquanto uma instituição vinculada diretamente à sociedade e, conseqüentemente, às classes sociais existentes nela. O projeto de popularização vem no sentido de inverter a direção da produção do conhecimento, com o objetivo de dar respostas à problemas latentes na sociedade e não à garantia de reprodução do capital. Podemos entender a popularização da universidade como a garantia do ingresso dos setores populares (trabalhadores de baixo salário) na universidade. De fato, isso constitui o início do processo de popularização, no entanto essa proposta é muito mais complexa e deve ser compreendida na dinâmica cotidiana de disputa de hegemonia na universidade. Não entendemos esse projeto de forma estática nem fechada, mas sim composto por diretrizes que auxiliam no caminhar dessa disputa dentro da universidade. Tal disputa deve levar em consideração a universidade em sua totalidade, é aí que reside o sentido do projeto de popularização, na disputa de todos os espaços possíveis na universidade. Nas políticas de acesso e permanência, na temática das pesquisas, na composição da grade curricular, na ementa das disciplinas, na política de extensão, na utilização dos espaços de lazer da universidade pela comunidade, na ruptura da hierarquia existente entre “professor e estudante”, e aí por diante.

Consideramos importante salientar isso para não nos deixarmos cair no erro de pensar que o ingresso dos setores menos favorecidos é suficiente para considerarmos o ambiente universitário como popular, pois o que acontece constantemente é a entrada desses setores numa universidade que não oferece uma política de assistência/permanência estudantil condizente com as suas necessidades e que não tem como “objeto de pesquisa” a sua realidade. Temos no Brasil a experiência das cotas sociais e raciais, que foram aprovadas em parte das universidades brasileiras e garantem vagas para setores historicamente explorados na sociedade. Porém, não podemos considerar que isso, exclusivamente, popularize a instituição universitária, pois o que observamos, na maioria dos casos, são essas pessoas trabalhando nas instituições públicas elaborando conhecimento para atender os interesses privados das grandes empresas, isso rompe completamente com a proposta de popularização da universidade.

Gostaríamos de destacar, por ser foco do presente trabalho, a importância das disputas na formulação das grades curriculares nos cursos de Ciências Econômicas. Como

citado anteriormente, os currículos dos cursos de Economia não são compatíveis com as necessidades da grande maioria da sociedade, pois reproduzem uma abordagem extremamente limitada, que não observa as contradições latentes nas relações capitalistas. Podemos nos perguntar, o que o economista tem a ver com esses problemas? Como pode agir para mudar isso? Partindo daí podemos começar uma reflexão que nos levará à necessidade de uma efetividade na extensão, que poderá ser garantida, em certa medida, com a sua curricularização. Quando falamos em problemas sociais eles aparecem de forma muito genérica, cabendo uma breve caracterização do que entendemos como problemas sociais, a partir do olhar da Ciência Econômica.

Analisemos, como exemplo, os problemas da cidade que, por ser o lócus da reprodução capitalista, se apresenta como uma síntese das contradições desse modo de produção. Isso pode ser evidenciado na falta ou na forma precária de moradia, comum à todas as cidades e intensificado nos países Latino Americanos. É possível constatar que esses problemas não têm sua origem num desequilíbrio do mercado, mas são, na verdade, a representação da sua lógica de funcionamento que, além da exploração a partir dos baixos salários e dos trabalhos precários exerce a dominação sobre o espaço da cidade, a partir da especulação que obriga a massa de trabalhadores a morar nas condições referidas. Como resposta a isso, parte desses trabalhadores se organizam, para lutar contra essa especulação e pela garantia mínima de seus direitos pelo Estado, a partir de movimentos sócias. Isso não acontece apenas na cidade, tendo em vista que essas contradições se expressam também no campo.

Esse simples esquema de raciocínio demonstra a importância da Ciência Econômica para uma interpretação minimamente coerente da realidade e é impossível de ser feito a partir da concepção hegemônica dentro da Ciência Econômica, que se reivindica, absurdamente, como neutra e acredita explicar as relações econômicas simplesmente com uma curva num gráfico. Isso deve ajudar a compreendermos que temos muito a fazer frente aos problemas oriundos da nossa organização social e que estes, por sua vez, têm muito a contribuir na elaboração teórica da ciência econômica, auxiliando numa produção acadêmica vinculada à dinâmica real da sociedade e atuante na sua transformação. Dessa forma, situamos a curricularização da extensão, debate proposto no presente texto.

Curricularização da Extensão

Para falamos de extensão devemos, inicialmente, passear rapidamente por sua história e, com isso, conceituar o que entendemos por essa atividade. A experiência de extensão não é recente e tem sua história paralela à história da própria universidade.

Roberto Mauro Gurgel Rocha divide os conceitos de extensão na América Latina em seis momentos históricos, a partir da hegemonia de cada perspectiva, apontando as seguintes fases:

- De experiências de pequena dimensão, restritas a grupos de pequena projeção, expressa especialmente por meio de ações vinculadas à religião;
- Da participação de docentes e discentes em movimentos emancipatórios de caráter ideológico diferenciado, com ações pensadas a partir da universidade;
- Das ações decorrentes do processo de modernização da sociedade tendo como núcleo a revolução industrial, a revolução americana e outros movimentos similares;
- Dos tempos de construção, reconstrução e questionamentos críticos e de assunção da extensão como política social do estado;
- Dos tempos de um novo assumir internos por parte da universidade; e
- Da fase atual de assumir em rede, oportunidade de construção de grande cadeia. (Rocha, 2001)

No primeiro tópico ele se refere às primeiras experiências evidenciadas na América Latina, pelos Jesuítas, no sentido da difusão de práticas educativas externas aos seus colégios. O segundo tópico se refere à prática extensionista como ação revolucionária, vinculada ao movimento Iluminista na Europa. No tópico referente ao período de modernização é pontuada, principalmente, a experiência do movimento estudantil de Córdoba, citado rapidamente por nós com uma das referências do projeto de popularização. Os outros três tópicos se referem ao momento histórico em que o Estado, por meio da universidade, assume como política social a prática da extensão, que será abordada e assumida de formas diferentes pela universidade ao longo do século XX.

Em diálogo com a elaboração do movimento estudantil Argentino do início do século XX, construímos nossa concepção de extensão, condicionada a um momento histórico diferenciado. Por estar situado num período em que os processos de libertação do jugo colonialista, por parte da América Latina, estavam em fase de estabilização, a revolta dos estudantes de Córdoba terá reivindicações de ruptura com a dominação oligárquica e luta pela democratização da instituição, tanto no que se refere à sua organização interna quanto sua relação com a sociedade. Na perspectiva dos estudantes de Córdoba a experiência da extensão se manifestaria na construção da universidade popular, e isso ocorreu, a partir da criação de várias dessas universidades, dentre elas algumas que se tornaram referência, como o caso da Universidade Popular Gonzalez Prada, no Peru e José Martí, em Cuba. (Rocha, 2001).

Além da referência do movimento estudantil de Córdoba utilizamos a elaboração de Paulo Freire, expressa em sua obra, *Extensão ou Comunicação?*, escrito em 1969, apresenta suas reflexões acerca da relação entre o técnico e o camponês no processo

denominado extensionista. Freire faz uma crítica à perspectiva extensionista, apresentando como alternativa uma relação horizontalizada e dialógica na relação entre o conhecimento universitário e o conhecimento do camponês, rompendo com a concepção hierárquica acerca do conhecimento.

Balizados por esses dois caminhos construímos uma idéia de extensão como um momento de contato/diálogo entre a produção acadêmica e a realidade social e a produção do conhecimento popular com a realidade acadêmica, ambas necessitadas uma da outra. Pensamos que a universidade pode ter como principais parceiros nesse processo de elaboração teórica os movimentos sociais organizados, isso porque esses movimentos emergem já como alternativa reivindicatória frente aos desmandos da forma de organização capitalista. Nesse contato, a necessidade, expressa anteriormente, de aproximação da produção acadêmica com a realidade pode dar um passo significativo, na direção da elaboração de um conhecimento de maior relevância para o momento histórico que vivemos.

Nesse sentido, a incorporação da extensão na grade curricular do curso de Ciências Econômicas se mostra extremamente importante, por um lado, para dar sentido aos debates dentro da academia, fazendo com que o curso cumpra outro papel na complexa teia social, e por outro, que haja maior efetividade na atuação dos movimentos sociais.

Ao defendermos os movimentos sociais como, parceiros prioritários nessa relação com a universidade, salientamos a necessidade de sistematização do conhecimento já existente nessas organizações, papel importante que pode ser cumprido pela universidade e tem sido relegado, em detrimento dos interesses de inovação tecnológica impostos pelo grande capital. Dessa forma, se abre um campo extremamente importante para a atuação do economista a partir da extensão. Na dinâmica dos movimentos sociais, e nos referimos centralmente aos movimentos de trabalhadores rurais e urbanos, que têm como pauta principal a luta pela terra em cada um desses espaços, reside a necessidade de ampliação dos laços entre os sujeitos envolvidos nesse movimento, que possibilita o avanço na compreensão de sua posição de explorado na sociedade e o porquê de tal condição. Esse estreitamento nos laços pode se dar por meio de atividades que criem identidade entre estes sujeitos, além do fato de não terem um pedaço de terra ou uma moradia, e um dos principais instrumentos para isso pode ser o trabalho, elemento fundamental da nossa condição de ser humano e temática central no estudo da Ciência Econômica. Criar alternativas de subsistência para os membros desses movimentos, a partir da produção cooperada e da integração entre eles, das relações de trabalhos e outros meios de sociabilidade deve ser o principal campo de atuação da extensão, por meio da sua incorporação à grade curricular do curso de Ciências Econômicas.

Paulo Freire, ao definir o papel do agrônomo na relação com os assentamentos chilenos expressa, genialmente, o sentido que norteia nossa perspectiva de relação na construção da prática de extensão no curso de Ciências Econômicas.

Neste sentido, o *assentamento*, na reforma agrária chilena, precisamente porque é uma unidade de produção (não há produção fora da relação homem-mundo, repitamos), deve ser também, todo ele, uma unidade pedagógica, na acepção ampla do termo.

Unidade pedagógica na qual são educadores, não somente os professores que porventura atuam num centro de educação básica, mas também os agrônomos, os administradores, os planejadores, os pesquisadores, todos os que, finalmente, estejam ligados ao processo. (Freire, p.58, 1980)

É nessa perspectiva que defendemos a extensão e sua curricularização nos cursos de Ciências Econômicas, como transformadora da universidade e da sociedade ao mesmo tempo, numa perspectiva revolucionária, como síntese dessa relação dialética.

Considerações finais

O que podemos observar como síntese das diversas relações construídas entre a universidade, a dinâmica da sociedade, os movimentos sociais e a extensão nos cursos de Ciências Econômicas?

A necessidade de uma produção científica relevante socialmente nos leva à elaboração de um projeto de popularização da universidade, que tem referência em experiências evidenciadas ao longo da história, que pensa a totalidade das relações e sua inserção no meio social. Dentro desse projeto se destaca a necessidade de disputa na elaboração das grades curriculares, com o intuito de reduzir gradativamente esse problema, apontando para a proposição de curricularização da extensão, como forma de efetivar tal política. Nesse sentido, a proposta de extensão que leve em consideração a cultura dos sujeitos envolvidos nessa relação e dialogue com o intuito de envolver de realidade a produção acadêmica é a concepção que nos contempla. Cabe, ainda, o destaque dos setores sociais considerados prioritários nessa relação, que são os movimentos sociais organizados na luta pela eliminação das contradições oriundas das relações capitalistas. Pois, a perspectiva de universidade que dialogue com a dura realidade dos trabalhadores e trabalhadora Sem Teto e Sem Terra deve carregar o caráter pedagógico de mudança cultural numa perspectiva revolucionária. Uma transformação que contribua na emancipação desses homens e mulheres a partir da ruptura com a exploração do homem pelo homem, da mulher pelo homem e de todas as outras formas de opressão retroalimentadas pelas relações capitalistas.

Concluímos, então, uma primeira etapa na elaboração de uma proposta de curricularização da extensão para os cursos de Ciências Econômicas, esperamos que essas poucas linhas contribuam para o avanço da construção de uma universidade popular, a partir de uma concepção de extensão também popular.

Referências

FARIA, D. S. org. *Construção do conceito de extensão universitária na América Latina*. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FREIRE, P. *Extensão ou comunicação*. 4. ed Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 93p.

LUCKESI, C C. *Fazer universidade: uma proposta metodológica*. 10. ed São Paulo, SP: Cortez, 1998. 232 p

PINTO, A. V. *A questão da universidade*. São Paulo, SP: Cortez Ed, Ed. Autores Associados, 1986. 102p.

PRADO, E. F. S. *A ortodoxia neoclássica*. In: Estudos Avançados 15 (41). São Paulo. 2001.